



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

ATA - 07ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2023. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 01 de agosto de 2023, no formato virtual, realizou a 07ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Rosaura de Oliveira Rodrigues. A 07ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Débora Barbosa, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS); Conselheira Suplente Luciana Pereira Schubert, representantes da Secretaria de Estado da Administração (SEA); Conselheira Titular Viviane Silva da Rosa, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED); Conselheira Titular Rachel Aust, representante da Secretaria de Estado da Agricultura (SAR), Conselheira Titular Giovana Paludo, representante da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) e Conselheira Titular Laryssa Martins Schmitz, representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços (SICOS). Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Fernanda Cardozo, representante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC); Conselheira Titular Rosaura Rodrigues, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Sheila Sabag representante da Associação Casa da Mulher Catarina; Conselheira Suplente, Liliana Piskki Maes, representante da Central Única de Trabalhadores - CUT/SC; Conselheira Suplente, Denise Paes, representantes do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages; Conselheira Suplente Joseane Nazário, representante do CRP 12ª Região; Conselheira Titular Júlia Victoria Lobo e sua suplente Alessandra da Silva, representantes do Movimento Mulheres do Litoral e a Conselheira Suplente Juliane Tavares, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari. **Justificaram a ausência**: Conselheira Titular Erli Aparecida Camargo, representante do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages; Conselheira Titular Luciane dos Passos, representante da Secretaria de Estado da Administração; Conselheira Titular Júlia Melim, representante do Instituto do Movimento Jovem de Araquari; Conselheira



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Titular Simone Schaffer, representante da Marcha Mundial das Mulheres; Conselheira Titular Romi Ruff e sua Suplente Jurema dos Santos, representantes da BPW - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais - Grande Fpolis; Conselheira Titular Bárbara Vargas, representante da Secretaria de Estado da Saúde e Conselheira Titular Regiane Gonzaga dos Santos e sua Suplente, Renata Takashima, representantes da OAB/SC. **Participaram ainda, enquanto convidadas**, a Juíza do Tribunal de Justiça, representando o CEVID (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar); a Advogada Kátia Corrêa do município de Camboriú; a representante do Instituto Aconchegar de Joinville, Fabiane Suel e a futura Conselheira Suplente, Fernanda Vieira, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-SC). A 07ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2023 teve a seguinte **pauta**: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 06ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 04 de julho de 2023; 4. Apresentação do trabalho da Coordenação Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEVID) do TJ/SC; 5. Deliberação sobre o Curso de Formação para Conselheiras; 6. Deliberação sobre a reunião realizada com a Secretária Carmen Zanotto; 7. Deliberação sobre a proposta do Plano Plurianual (PPA) da SAS; 8. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho; 9. Informes Gerais; 10. Encerramento. **Aberta a reunião**, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Rosaura agradeceu a presença de todas, e deu continuidade à pauta. Após, Carol passou para o item **3. Aprovação da Ata da 06ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 04 de julho de 2023.** Sem objeções, a ata foi aprovada. Ato contínuo. **4. Apresentação do trabalho da Coordenação Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEVID) do TJ/SC.** A Dra. Naiara Brancher (1min), Juíza Cooperadora Técnica do CEVID TJ/SC que estava como Juíza na Vara Criminal com competência para Violência Doméstica em Camboriú explica que a partir de abril iniciou um movimento de palestras sobre “Violência Doméstica e Relacionamento Abusivo” em parceria com a Dra. Kátia Quintanilha que é Advogada e já havia sido Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Camboriú. A Dra. Naiara relata que foi convidada a proferir palestras nas escolas



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

municipais de Camboriú sobre o tema violência doméstica e que após as primeiras conversas, muitas portas foram se abrindo e o número de palestras aumentando para todo o Ensino Fundamental, Médio (Rede Estadual de Ensino); Ensino de Adultos do município e Instituto Federal Catarinense. Com isso, ela foi estendendo a parceria com outras Juízas da comarca, Promotoras e Secretaria Municipal de Educação, que organizou toda a questão logística e de transporte de alunos, por exemplo. Por fim, elas conseguiram proferir 117 palestras, com 23 palestrantes, entre esses: Juízas, Promotoras; Psicólogos da Polícia Civil; Policiais da Rede Catarina; Assistentes Sociais e Psicólogos da Política de Assistência Social Municipal e Advogadas, totalizando 10.300 alunos. Dra. Naiara acrescenta que agora que a palestra já está pronta, ela poderá ser replicada por outros profissionais e em outras escolas e como o material é do CEVID, tem a logo do TJ, isso dá um respaldo maior para o palestrante, no sentido de poder tratar assuntos delicados. Dra. Kátia ressalta que o “pós” palestra também precisa ser pensado, pois muitos adolescentes compreenderam que estavam vivenciando situações de violência em suas residências e precisaram receber um acolhimento e um encaminhamento devido, para que essa demanda não fosse esquecida e acrescenta que após esse ciclo de palestras aumentou o número de registro de boletins de ocorrência, porém ela acredita que não é que tenham aumentando os casos mas sim as notificações. Rosaura relata que há mais ou menos cinco anos vem trabalhando de forma permanente com adolescentes de Porto Belo e Bombinhas e tratando temas como sexualidade, violência, cidadania e saúde mental e que nesses espaços a sensibilização é importante sim, mas o vínculo é essencial quando questões mais profundas são tratadas, e esse vínculo se dá com o tempo. Rosaura destaca que além dos alunos adolescentes, os professores; diretores; coordenadores e demais entes que estão nas escolas de forma permanente precisam ser também atingidos, pois são eles que poderão ouvir e acolher as demandas dos alunos com mais tempo. Rosaura ainda afirma que é necessário fazer formação para esses profissionais de forma permanente e sugere o envolvimento da Secretaria de Estado da Educação nesse aspecto, para que isso seja levado como uma diretriz das políticas públicas na Educação. Rosaura relata a situação que passou no município de Bombinhas, onde foi



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

exposto na tribuna da ALESC por uma deputada uma crítica direta ao curso tentando desconstruir o trabalho que vem sendo realizado com os adolescentes sobre sexualidade e saúde mental. Dra. Naiara pontua que o trabalho que foi realizado em Camboriú não era apenas palestras, que o processo já havia começado antes da pandemia com os grupos reflexivos com autores de violência e também grupos reflexivos com mulheres vítimas de violência, reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Dra. Naiara sugere que essa formação seja fomentada via Conselhos Municipais e não pelo CEVID/TJ. No chat, Fernanda pontua que isso passa pela rede de enfrentamento e Rosaura pondera que no momento em SC existem apenas 30 conselhos municipais. Dra. Naiara afirma que é arriscado preparar uma professora para lidar com a demanda da violência sofrida por uma aluna, se ela também pode ser vítima de violência, por exemplo. Destaca também que a rede de enfrentamento precisa ser fomentada tal qual a rede da infância no município. Dra. Kátia enfatiza que dentro dessa rede de enfrentamento todos precisam falar a mesma língua e conhecer o fluxo local. Alessandra relata que enquanto movimento feminista, também faz algumas palestras em escolas e pontua que quando o evento é organizado pelo Poder Judiciário ou pela Polícia, há um outro respaldo social. Alessandra concorda com Rosaura no que diz respeito à formação de professores e que essas formações, essas temáticas deveriam estar dentro dos Planos Políticos Pedagógicos das Escolas, mas para isso acontecer acredita que as Secretarias de Educação precisam estar livres de alguns conceitos. Rosaura relata que é importante tentar otimizar as lutas, que é necessário implementar políticas públicas de Estado, que o Estado dê respaldo para professores, enfermeiros, médicos falarem sobre violências com os alunos. Sheila ressalta que o Judiciário é signatário do Pacto Estadual Maria da Penha e esse trabalho que foi realizado pela Dra. Naiara é um trabalho em rede que é um dos objetivos do pacto e destaca a importância delas produzirem um relatório a respeito para apresentar o resultado do grande número de alunos que foram beneficiados com esse ciclo de palestras. Sheila também parabeniza a iniciativa tendo em vista que a prevenção foi trabalhada, levando em conta o aumento dos casos de feminicídio em SC; índice de violência doméstica e familiar e violência sexual contra crianças de até 14 anos, Sheila



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

apresenta então uma proposta: que a Comissão de Formação junto com a Comissão de Violência analise as leis já existentes na área da Educação, em parceria com as conselheiras representantes da SED e com a Comissão de Legislação, Normas e Orçamento para verificar de que forma o CEDIM poderá trabalhar em conjunto com a proposta apresentada pela Dra. Naiara. Sheila se compromete em ler o material encaminhado pelo CEVID:

(https://www.tjsc.jus.br/documents/3380888/4350900/cartilha_crush_perfeito/f1a42787-d6bd-37f7-dafc-34c558fa85ff) pois apesar de não conhecer ainda o documento, acredita que o documento poderá contribuir em como falar de violência de uma outra forma e afirma que isso não impede de conversar com os conselhos municipais, que esse material seja apresentado para os conselhos municipais, que se faça uma integração, pois o CEDIM está tentando a muitos anos transformar um projeto em política pública de enfrentamento à violência, o Projeto Mulheres e Cidadania, que são as unidades móveis indo até os locais, pois o objetivo delas também era articular a rede local. Sheila esclarece que a responsabilidade dessas unidades móveis é da Gerência da Mulher e responsabilidade de execução da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, ressaltando que é muito importante essa articulação chegar nas professoras pois muitas delas não sabem lidar e nem identificar a violência contra mulheres e até mesmo contra crianças, porque muitas vezes essas professoras também sofrem violência. Sheila questiona de que forma o Estado pode compreender isso, pois não adianta colocar muitos recursos na Segurança Pública e não somente financeiro, mas é preciso investir na prevenção, e a prevenção acontece nas escolas, na comunidade, nos CRAS, no Posto de Saúde e o Estado se nega a entender determinadas necessidades, ele é cúmplice das violências e acrescenta que a cumplicidade também está no Legislativo quando proíbe ou cria leis absurdas por questões eleitoreiras. Por fim, Sheila parabeniza por todos os trabalhos realizados até aqui e que é necessário continuar na busca da diminuição da violência contra mulheres, meninas e crianças. Dra. Naiara ao encerrar sua fala, menciona que enquanto a política pública não vem, é necessário estancar a morte das mulheres. Rosaura agradece a participação dela e ressalta a importância do envolvimento do Poder Judiciário nessas conversas nas



escolas, pois abre portas para profissionais interessados e que têm domínio nesse assunto e a convida para pensar em novos trabalhos no que diz respeito à rede de enfrentamento, enfatizando a importância de fazer um relatório sobre essa experiência. **Por fim, Carol encaminhará para o email de todas as conselheiras o material (“Cartilha Crush Perfeito”) do CEVID.** Passou-se para o ponto **5. Deliberação sobre o Curso de Formação para Conselheiras.** Débora (1h07min) confirma o último encaminhamento dado na plenária do dia 04 de julho no qual a Secretária Maria Helena se comprometeu em fazer uma reunião com a ENA. De fato essa reunião ocorreu e nesse encontro ela disse que iria fazer uma articulação entre a ENA e a Secretaria da Fazenda para que esta disponibilizasse pelo menos parte do recurso para poder ofertar o curso, ao menos as turmas piloto. Débora informa ainda que a Diretoria de Direitos Humanos já está com uma nova diretora, a Elisiani que terá uma reunião com a Secretária assim que esta retornar de Brasília para alinharem juntas qual foi o encaminhamento da Secretaria da Fazenda. Débora afirma que assim que chegar essa informação com a confirmação da disponibilização do recurso, irá refazer o Termo de Referência para adaptá-lo com o novo valor e o número de turmas piloto. Carol reforça que o CEDIM encaminhou um ofício para o Gabinete da SAS visando formalizar o que foi informado pela Secretária na última plenária mas que até agora, o Gabinete não deu retorno. Rosaura pontua que o CEDIM irá aguardar a resposta desse ofício mas informa que já conversou informalmente com a Bancada Feminina e que relataram que esse recurso nunca voltou para a Assembleia, como a Secretária havia mencionado, mas que ainda está dentro do orçamento do Estado, especificamente na Secretaria da Fazenda e por isso a SAS não está mais com o poder de decisão para utilização desse recurso, por isso a articulação da Secretária é fundamental com a SEF para que esse recurso venha para a SAS. É importantíssimo começar para não dispersar as professoras e as alunas já inscritas. **Rosaura sugere então aguardar o retorno da Secretária para obter a confirmação do recurso e a data de início do curso** porque começando o curso já será possível dar retorno para a Bancada Feminina e esse assunto é prioritário agora. Ato contínuo. **6. Deliberação sobre a reunião realizada com a Secretária Carmen Zanotto.** Carol (1h14min) cita quem estava presente e



Viviane resume que a reunião foi um momento bem importante de articulação do conselho, que a Secretária Carmen estava muito disponível e disposta, que demonstrou aproximação com as temáticas e responsabilidades com as questões das mulheres e outros temas que estava em discussões dentro da Secretaria de Saúde. Sobre a entrega do documento, Viviane afirma que a Secretária achou interessante o trabalho e colocou sua equipe à disposição. E como encaminhamento ficou que eles dariam retorno sobre esse documento até a data de hoje e que a Carol encaminharia por email a versão em word para que essa equipe pudesse mexer no documento. Rosaura também teve a mesma impressão de que há uma proposta de trabalho em conjunto e que a Secretária pareceu estar muito preocupada com diversas situações e que o CEDIM cumpriu o seu papel, no sentido de entregar um produto, de ter feito todo esse processo e que agora precisamos das respostas da SES frente a isso e questiona Carol se já teve algum retorno e também em relação ao indicativo de uma nova reunião. Carol informa que no mesmo dia, logo após a reunião, a técnica da Diretoria de Atenção Primária, a conselheira Bárbara, que foi designada pela Secretária Carmen para analisar o documento, entrou em contato pedindo a versão em word do documento para que elas pudessem já pontuar alguns aspectos no texto. Carol destaca que na reunião foi dado o prazo de 30 dias para darem o retorno porém na data de hoje, Bárbara entrou em contato pedindo mais 15 dias de prazo pois alguns colegas estavam ausentes nesse período o que acabou atrasando a análise do documento. Carol afirma que além da versão em word do documento, também enviou o parecer jurídico da Polícia Civil para que a equipe da SES também analise esse documento adicional. **Ficou deliberado então que caso ultrapasse então o prazo de 45 dias a partir da data da entrega do documento, o CEDIM encaminhará ofício para a SES questionando a respeito dessa análise.** Por fim, Débora acrescenta que a Secretária Carmen demonstrou conhecer muito acerca do fluxo da saúde e relata que tanto a presença da Rosaura quanto da Fabiane de Joinville, enquanto profissionais de saúde, enriqueceram e muito as discussões pois trouxeram a visão de quem está na ponta e vivencia os fluxos no seu dia a dia. Passou-se para o próximo ponto. **7. Deliberação sobre a proposta do Plano Plurianual (PPA) da SAS.** Carol (1h25min) relata que esse ponto surgiu após a



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

reunião onde a Mesa Diretora já ter definido a pauta pois surgiu a demanda do Plano Plurianual da SAS (PPA), e que a Gerente da Gerência de Planejamento (GEPLA) havia sido convidada a participar da plenária de hoje, entretanto ela está com problemas de saúde e não pôde comparecer então Carol sugere que a comissão de normas se reúna com a gerente para tirarem as dúvidas assim que ela retornar ao trabalho e o resultado final seja apresentado na próxima plenária. Rosaura concorda entretanto Viviane ressalta que talvez não dê para aguardar a próxima plenária tendo em vista que o cronograma do PPA costuma ser curto. Viviane sugere que a comissão já vá elaborando o documento e talvez seja necessário chamar uma extraordinária para tratar desse assunto. Carol menciona que a próxima extraordinária será dia 17 de agosto e Viviane pontua que geralmente a extraordinária que já está agendada aborda outros assuntos, mas que se abra uma exceção. Rosaura confirma que a extraordinária pode ser adicionadas novas pautas sim, dependendo da urgência. Sheila informa que a comissão de normas já havia tido uma reunião com a Gerente mas Carol esclarece que a Sabrina não é a Gerente de Planejamento e sim um ponto focal dentro da Diretoria de Direitos Humanos que ficou responsável em trazer as ideias do PPA da diretoria e repassar para a GEPLA. Sheila menciona que foi repassado para a comissão de normas que seria necessário pensar as ações do PPA de forma articulado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que a comissão já elaborou uma planilha com os 17 objetivos e já linkaram com os que acharam relacionados de forma transversal à política para mulheres e com esses objetivos elencados seria feito um levantamento para ver como articular com o planejamento do CEDIM e aqueles que não estivessem na lista mas a comissão avaliasse que era pertinente com as ações do CEDIM também poderiam ser acrescentados, segundo Sabrina informou à comissão. Sheila ressalta que será necessário então descobrir o prazo final da entrega dessa planilha para que possa ser apresentado antes para a plenária ter conhecimento do que foi produzido pela comissão. Rosaura então pede para Carol descobrir o prazo correto do PPA e se for necessário agendar uma reunião extraordinária para tratar apenas desse ponto. Rosaura questiona se a comissão considera importante ou não a participação da GEPLA para a próxima reunião e Sheila responde que sim pois poderão surgir dúvidas das



conselheiras que a comissão não conseguirá responder e essa pessoa irá conseguir responder se aquelas ações pontuadas podem ou não constar no documento, já como um check list, pois algumas ações que foram levantadas pela SAS talvez nunca sejam cumpridas então é importante ouvir de que forma as ações poderão ser cumpridas.

Ficou acordado que a Carol conversará com a GEPLA e assim que tiver novas informações repassará no grupo para confirmar a leitura do documento na próxima extraordinária. 8. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho.

Carol (1h35min) começa pela **Comissão de Comunicação** sendo que a comissão não conseguiu se reunir esse mês e algumas publicações atrasaram mas já estão colocando em dia as postagens nas redes do CEDIM. Vivi fala sobre a importância de encaminhar matérias para a comissão publicar, ressaltando a importância do mês por conta do Agosto Lilás, cabendo a todas conselheiras ser um repositório de informações do CEDIM, ajudando a comissão na replicação das postagens. Rosaura informa que o Fórum dos Conselhos deve ser avisado para usar a página do CEDIM e divulgar seus eventos e ações também., destacando a Marcha das Margaridas esse mês e as ações da Gerência da Mulher, ressaltando mais uma vez a importância de marcar as conselheiras nas postagens, para reverberar assim as publicações e movimentar as redes do CEDIM. Em relação à **Comissão de Formação**, Débora (1h38min) relata que em relação ao Agosto Lilás, a programação ainda está em aberto, mas que no dia 25/08 no TJ, está programada uma ação que irá promover um debate acerca do enfrentamento da violência contra a mulher e a ideia é que quem faz parte da rede de atendimento possa participar desse evento. Além disso, também está prevista uma roda de conversa em uma Comunidade Quilombola acerca do enfrentamento da pobreza menstrual e também há uma articulação para as cartilhas Maria da Penha traduzidas sejam distribuídas nas comunidades indígenas em parceria com o CEVID (TJ) e Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN). Rosaura solicita o cronograma dessas ações para que o CEDIM possa participar de forma articulada. Em relação especificamente sobre a comissão de formação, Débora relatou que a comissão discutiu bastante acerca da elaboração de uma cartilha com uma linguagem mais popular que explicasse o que é o conselho, o que é a rede de enfrentamento. Paralelo a isso, Débora explica que a



gestão da SAS também está organizando um projeto de criação de conselhos e por isso a comissão irá articular uma forma de otimizar a elaboração desses materiais. A comissão se comprometeu em tentar se reunir em um outro horário para tentar avançar essa construção. Sobre a **Comissão de Enfrentamento à Violência**, Carol relata que a comissão conseguiu se reunir hoje antes da plenária onde a Advogada da vítima de Violência Obstétrica, Raquel Afonso participou. Sheila explica que após as orientações dadas pela Advogada, a comissão irá organizar algumas perguntas que serão feitas em um ofício a ser enviado para o HU, como por exemplo como é o protocolo de aplicação de ocitocina e também para a Segurança Pública, uma vez que o processo está ainda em fase de investigação pela Polícia Civil. O Comitê de Morte Materna, Infantil e Fetal também será questionado em relação a essa questão, para ver se foi avaliada ou não a questão da morte da bebê, uma vez que há o entendimento que ela nasceu viva. Rosaura e Sheila ainda destacam que a comissão orientou a Advogada sobre a importância de também pedir um esclarecimento ao Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e também novamente ao Conselho Regional de Medicina (a Advogada já havia feito um questionamento ao CRM porém responderam alegando inocência dos médicos) após a perícia que será realizada pelo Poder Judiciário mas que ainda está tramitando em segredo de justiça. Passou-se então para a **Comissão de Legislação, Normas e Orçamento** fazer seu relato e Denise (1h51min) comentou que a comissão conseguiu finalizar a atualização do quadro comparativo (o nome das novas secretarias precisou ser alterado e explicar o motivo) e da escrita legislativa que a SCC solicitou para tramitar o processo de alteração da Lei do CEDIM. Carol confirma que o ofício já foi encaminhado para o Gabinete da SAS e agora será encaminhado para a Casa Civil para dar continuidade. Por fim, em relação à **Comissão Intersetorial Pacto Maria da Penha**, Rosaura (1h56min) relatou que na última reunião estavam presentes ela, a Sheila e a Patrícia e foi deliberado em comissão que as reuniões intersetoriais do Pacto precisam ser retomadas (com os signatários) e que a Assistência Social, Saúde, Educação e Segurança Pública sejam as prioridades, para que o Pacto aconteça de fato e vire uma Política Pública. Por isso será necessário enviar uma convocação para os signatários do Pacto, com os seguintes documentos



anexos: o próprio Pacto Maria da Penha e o Plano Municipal de Políticas para Mulheres de Fpolis e Plano Nacional de Políticas para Mulheres que servirão como documentos norteadores para a discussão do cumprimento do Pacto, pois a rede de enfrentamento precisa de uma estratégia e de um plano para ser executada. Outro ponto levantado pela comissão, foi a necessidade de retomar a reunião com a Secretária Kika para debater a rede de enfrentamento e o plano. Sheila sugere verificar se as pessoas que participaram da última reunião ainda representam seus órgãos e a partir dessas confirmações chamar todos os signatários do Pacto para uma reunião geral e em relação ao ponto da construção do Plano Estadual, Sheila relembra que essa é uma das metas da comissão do pacto, que está no planejamento do CEDIM dessa nova gestão, então será necessário verificar quem da comissão do pacto e quais organismos irão trabalhar em conjunto com o planejamento do CEDIM. Sheila ainda lembra que será necessário iniciar a discussão sobre o Protocolo de Violência Doméstica e Familiar que será retomado nesta comissão também. Carol pontua que o horário da reunião da comissão estava agendado para dia 30/08 às 17:30, porém acredita que nesse horário, muitos convidados não poderão participar, então Rosaura sugeriu o horário das 14h. **9. Informes Gerais.** Débora (2h07min) sugere que o chamamento dessa reunião de retomada do Pacto pudesse ser divulgado nas mídias da SAS e do CEDIM e propõe colocar como mais uma ação no calendário do Agosto Lilás. Rosaura concorda e ainda acrescenta que também precisam ser retomados os fóruns: o fórum interconselhos de direitos e o fórum dos conselhos municipais de direitos das mulheres. Rosaura questiona se todos os conselhos de direitos já elegeram suas novas mesas, porém Carol responde que ainda falta o CONSEA. Débora informa que a Erli é a nova presidenta do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Sheila sugere que na arte informativa sobre a retomada do Pacto, que seja escrito: “Você sabe o que é o Pacto?” E explicar citando os objetivos, quem são os signatários, contar um pouco do histórico, etc. Rosaura concorda e sugere colocar essas artes no Instagram de uma forma didática para atingir a população. **10. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, Rosaura agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 07ª Reunião



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2023. Eu, Carolina Freitas, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:

<https://drive.google.com/file/d/1PjEWvDloXkouRX7a5PA5cLw8JVMWtEL/view?usp=sharing>